

# PFL tem esperanças de fazer primeiro-ministro

O PFL sabe que não elegerá o próximo presidente da República pelo voto direto, no sistema presidencialista. Mas sonha com uma hipótese: fazer o



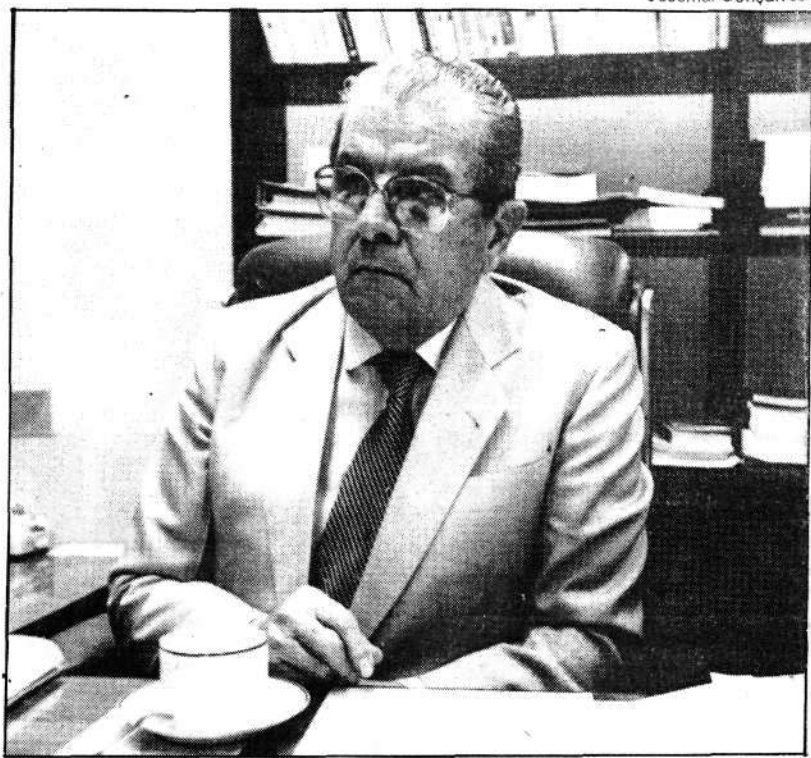
primeiro-ministro. Alterada a correlação de forças no Congresso, com a possível divisão do PMDB, e implantado o parlamentarismo de forma gradual, os pefelistas teriam condições de concretizar o sonho, acalentado nas conversas entre alguns dos integrantes do partido que hoje lutam pela implantação do novo sistema de Governo.

Trata-se de uma das faces aparentemente ocultas da discussão sobre forma de Governo, que inclui — não apenas em relação à defesa do parlamentarismo, como também do presidencialismo — nuances de convicção doutrinária e de jogadas meramente políticas, em todos os partidos onde há os que defendem uma ou outra proposta.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) faz a defesa do presidencialismo alegando que é "presidencialista" e não "presidentista", referindo-se àqueles que defendem a continuidade do atual sistema por algum interesse — ligado ao Governo atual e seus favores, ou a aspirações políticas individuais. O presidente e líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, cita os parlamentaristas para fazer a distinção entre os "douttrinários", como Afonso Arinos, segundo sua citação, e os que estariam sendo movidos por interesses que vão — segundo ele — desde o objetivo de tirar o presidente Sarney da chefia do Governo até a intenção de ganhar força política.

**Interesses**  
"Há os que, de permeio, estão jogando na possibilidade de se tornarem ministros. O que posso dizer", prossegue Passarinho — "é que essa febre pelo parlamentarismo nessa Casa, que já frequentei antes, era por mim desconhecida". Segundo o senador pedessista, os políticos que desejam diminuir o poder de Sarney estão em grande parte nos partidos "que supostamente" o apoiam.

No PFL haveria também os parlamentaristas "douttrinários", mas o movimento a favor dessa forma de Governo teria se fortalecido em função de interesses "estratégicos", alguns dos quais o secretário-geral do partido, de-



Josemar Gonçalves

Passarinho fica surpreso com "febre parlamentarista"

putado Saulo Queiroz (MS), não procura esconder. Saulo já defendeu o parlamentarismo como uma maneira de o PFL se retirar de forma não-traumática da Aliança Democrática, já que essa modalidade de Governo não comportaria uma composição entre as duas maiores siglas partidárias.

Jarbas Passarinho acha "inconsistente" a idéia, argumentando que é justamente no parlamentarismo "que se divide o poder com naturalidade". A hipótese, segundo ele, é de o PFL, devido à precariedade da Aliança Democrática, preferir tornar-se oposição por falta de interesse em fazer com o PMDB um Governo de coalizão.

**Conservadores**  
A idéia central dos pefelistas iria além da estratégia revelada por Saulo em conversas abertas: o objetivo seria o de reverter as expectativas, como na última sucessão presidencial, alterando a correlação de forças para aglutinar um grande grupo conservador capaz de influenciar decisivamente na escolha do primeiro-ministro. Os pefelistas partem do pressuposto de que é fatal a divisão do PMDB, o que colocaria o PFL como maior força congressual, capaz de decidir qualquer "parada" política.

"Com 37 deputados conseguimos impôr uma derrota na última sucessão, imagine com 120", raciocina um pefelista, referindo-se ao início da dissidência pedessista que acabou levando à derrota de

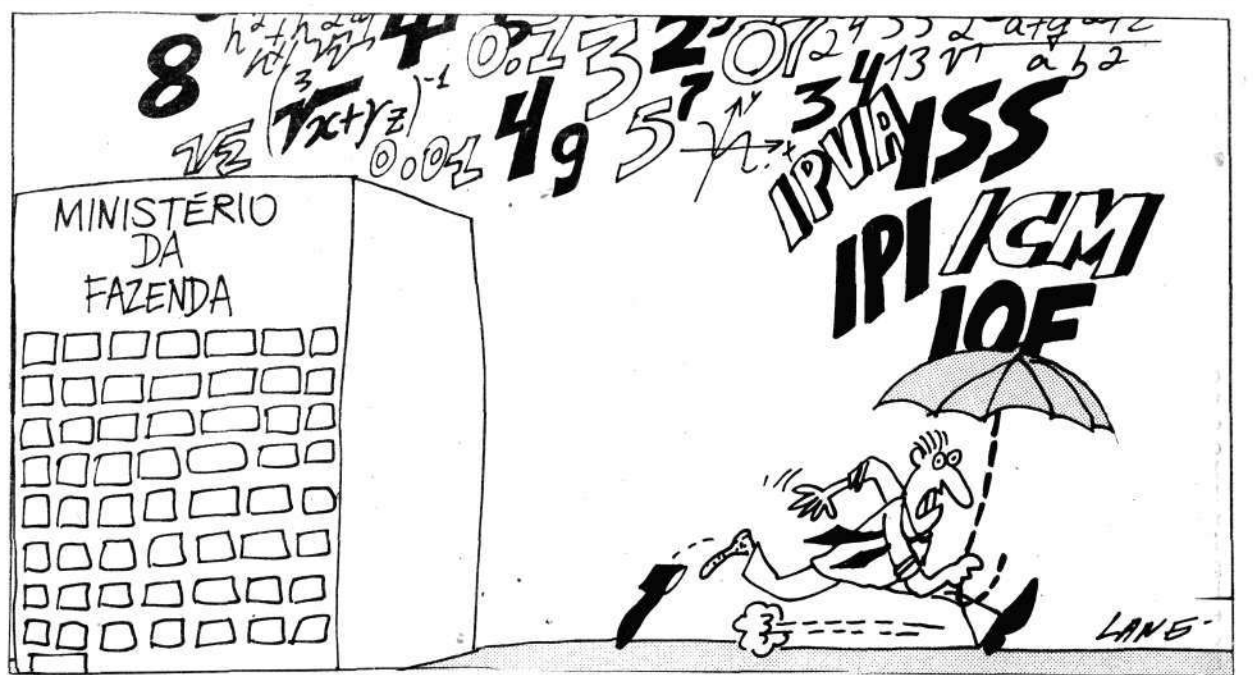
Paulo Maluf.

Devido a essas razões "estratégicas", o PFL está interessado apenas na implantação do parlamentarismo de forma gradual, que permitiria a existência de um período de transição durante o qual os ministros do partido permaneceriam nos mesmos postos, já que isso dependeria basicamente do presidente Sarney, cuja autoridade seria preservada pelo menos até determinada fase do "gradualismo". Para dar maior tempo ao remanejamento de forças políticas, os pefelistas lutam também por um mandato de seis anos para Sarney.

### Fisiologia

No PMDB, a convicção doutrinária pelo parlamentarismo estaria localizada mais à esquerda, até por uma tradição que se coaduna com a ideologia defendida por tais correntes. Interesses políticos pessoais ou meramente fisiológicos seriam tão mais frequentes quanto maior a proximidade do centro e da direita.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), costuma contar sorrindo que o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), na tentativa de conquistá-lo para a tese parlamentarista, já chegou a dizer: "Lourenço, você pode vir até a ser ministro".



## Classe média vai pagar mais, diz deputado

O aumento da carga tributária sobre os contribuintes — especialmente a classe média — deve ser uma das consequências da reforma tributária a ser imbuída no futuro texto constitucional. A reforma promoverá uma redistribuição no produto dos tributos, deixando os estados em melhor situação e, segundo o deputado peemedebista Irajá Rodrigues (RS), agravando a situação dos municípios brasileiros.

A previsão sobre um maior ônus para o contribuinte é feita tanto por Irajá Rodrigues — um dos especialistas do PMDB em matéria tributária — quanto pelo deputado Guilherme Afif Domingues, do PL, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo. O senador mato-grossense Roberto Campos (PDS), ex-ministro do Planejamento, embora favorável à descentralização dos recursos teme que o fortalecimento dos estados dê margem a uma "farrá" de gastos públicos, principalmente com fins políticos.

Para Irajá Rodrigues, a distribuição de recursos prevista no substitutivo de Bernardo Cabral é resultado de um acordo entre os governadores, em prejuízo das prefeituras. Pela sistemática que deve prevalecer na nova Carta, os governadores ficarão politicamente mais fortes, porque os prefeitos ficarão cada vez mais dependentes

deles, na medida em que recursos substanciais da União, atualmente transferidos diretamente aos municípios, ficarão sob controle dos estados.

### Encargos

Ainda segundo Irajá Rodrigues, só aparentemente os municípios também serão beneficiados. Seus recursos terão um crescimento da ordem de 27%, mas os encargos das prefeituras — calcula — aumentarão muito mais (aproximadamente 60%).

Esses cálculos do deputado gaúcho são contestados até por representantes da oposição, como os pedetistas Ademar de Barros Filho e Luiz Alfredo Salomão. Ademar diz que Irajá recorre a estudos "econômicos no mínimo discutíveis". São projeções feitas à margem do texto constitucional e baseadas, segundo acredita, nos programas de descentralização do ensino e da saúde, setores que tendem a ser crescentemente municipalizados.

O ex-prefeito Jorge Hage, de Salvador, constituído pelo PMDB, também se mostra preocupado com a possibilidade de agravamento da situação das prefeituras, diante do esperado aumento dos encargos nas áreas de educação e da saúde. Em declarações ao *Jornal de Brasília* ele já advertiu que isso pode provocar um "caos". (Marcondes Sampaio)

## Campos prevê orgia de gastos

Augusto de Freitas

O capítulo que trata da tributação, contido no texto do projeto de Constituição elaborado pelo deputado Bernardo Cabral dá margem a uma verdadeira orgia de gastos por parte dos governos estaduais.

A advertência é do senador e ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, (PDS-MS), para quem, se não houver uma limitação das despesas de custeio — pessoal e manutenção das máquinas administrativas —, a Nação poderá assistir a uma "farrá" de gastos públicos, especialmente com fins políticos.

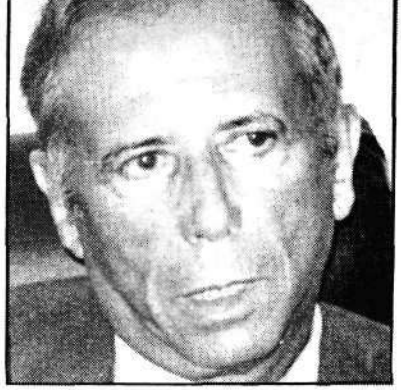
O senador reconhece que é preciso que se promova uma ampla descentralização dos recursos públicos, atualmente excessivamente concentrados em poder da União, deixando os estados e municípios na condição de mitigantes de recursos para investimentos e até para a manutenção das máquinas administrativas.

Para Campos, a questão que se coloca quando se promove a descentralização e se dá autonomia financeira aos governos é a de como estes recursos serão utilizados pelos governadores às vésperas de uma campanha eleitoral.

Os deputados José Serra, do PMDB, e Francisco Dornelles, do PFL, que são tidos como os principais artífices do capítulo sobre a tributação na Constituição, fortalecendo basicamente a posição financeira dos estados, não concordam com a tese do senador mato-grossense, por entenderem que é necessário ampliar a autonomia das unidades federativas, dando-lhes maior liberdade financeira.

**Risco**  
O deputado Guilherme Afif, do

ARQUIVO



O Senador sugere limitação

PL paulista, chama a atenção para o risco de se aumentar a carga tributária que recai sobre o consumidor final. "Os estados vão querer ficar com 20% da arrecadação do Imposto de Renda, por exemplo, dizendo que isto vai sair das instituições financeiras. E as instituições financeiras tiram os seus ganhos de quem? Do consumidor, daquele que compra um automóvel ou um eletrodoméstico à prestação, ou do usuário do cartão de crédito".

Um ponto que o deputado paulista considera importante é a inclusão de um artigo que disporá sobre a obrigatoriedade de constar em todos os anúncios e nos rótulos e embalagens dos produtos, em primeiro lugar o preço das mercadorias industrializadas, com a discriminação de todos os produtos que sobre eles venham a incidir. "Daqui para frente, o saque dos comensais vai ser conhecido da massa. Pode ser que, assim, os tributaristas criem algum tipo de inibição quando tiverem a necessidade de engordar os seus cofres", diz Afif.

## Esquerda tenta aliviar assalariado

Silvio Donizetti

O bloco das esquerdas na Constituição (PT, PDT, PSB, os dois partidos comunistas e o Movimento Unidade Progressista do PMDB) vai insistir, junto à Comissão de Sistematização, na criação do imposto sobre o patrimônio, a fim de aliviar a carga tributária que os assalariados brasileiros são obrigados a pagar.

Segundo o coordenador das esquerdas para questões de reforma tributária, deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), é preciso consignar no texto constitucional os impostos sobre herança, propriedade e a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR). A seu ver, estas medidas aliviarão a carga sobre os salários, que são o tipo de renda mais tributado pelo sistema de arrecadação do País.

O anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) trata apenas de imposto de transmissão intervivos e causa mortis, que não incide sobre heranças, mas somente quando

ocorre a transmissão de bens. "Quanto ao Imposto Territorial Rural, criado em 1965, ele não tem sido um instrumento da chamada reforma agrária. Desde a sua implantação, o ITR tem sido inoperante para taxar as terras improdutivas e os latifúndios. No lugar de ser um imposto crescente, ele é reductivo, porque paga mais quem tem menos", explicou Luiz Salomão. O deputado é um dos que defende, dentro do bloco das esquerdas, que o grupo lute para aprovar um imposto territorial rural progressivo, a fim de taxar as grandes propriedades improdutivas, mecanismo que serviria como auxiliar da reforma agrária.

**Descentralização**  
Designado pelas esquerdas para examinar a questão da reforma tributária no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, Luiz Salomão acha que o texto pouco altera a política tributária atual. "O relator, desde as subcomissões, manteve o sistema tributário existente e somente fez alterações na distribuição de recursos para os municípios e remanejou os tri-

## União quer evitar o enfraquecimento

Memélia Moreira

A carga tributária deve ser suportável para o contribuinte e, ao mesmo tempo, cumprir a necessidade de sua função pública. Esta é a preocupação fundamental do Governo em relação à reforma tributária que será introduzida no texto constitucional, de acordo com informações do porta-voz da Presidência da República, Frota Neto.

Esta reforma, entretanto, não deve enfraquecer a União, disse o ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Ele defende o fortalecimento dos estados e municípios em respeito ao princípio da Federação, mas vai trabalhar junto aos constituintes para que não se altere em profundidade a receita líquida da União, que hoje está em 16%. A reforma tributária foi um dos temas da reunião dos sete ministros na última sexta-feira, no Palácio da Alvorada. Passada a fase de negociação do sistema de governo, a questão da reforma tributária entrará na pauta de prioridades, para se encontrar uma fórmula de consenso.

De acordo com a análise feita por Frota Neto, nos últimos anos o Estado reduziu sua participação líquida na receita e houve mutação no princípio tributário da Federação.

### Exigências

As exigências a serem feitas pelo Governo são colocadas em dois níveis: o da descentralização e o do distributivismo. Por descentralização, o Governo entende que deve haver uma balança dos encargos, nos níveis da União, estados e municípios. E o distributivismo não deve acontecer somente do ponto de vista da receita, mas também dos encargos. "Caso contrário — disse Frota Neto —, "rompe-se a estrutura de autonomia relativa".

### Enfraquecimento

Se de um lado os governos estaduais pressionam os constituintes para reverter a centralização da arrecadação, de outro, o Governo entende, que, da forma em que se encontra a política tributária, quando a União apresenta pouca receita líquida para muitos encargos, será enfraquecido o poder central.

No momento, a situação tributária apresenta-se da seguinte forma: a União arrecada, mas transfere para estados e municípios. O resultado desta política é que a União está em dificuldades para atuar em setores básicos, como saúde, educação, habitação, saneamento, transportes.

O porta-voz não admite a tese de que o Governo não quer enfraquecer a União, porque, com isto, o poder central se enfraqueceria politicamente. Disse ele que a única preocupação do Governo, na questão da política tributária é "manter uma Federação forte, e isto significa estados e municípios com recursos, aplicando na prática o princípio do distributivismo: encargos e receitas em pé de igualdade. Que a cada receita corresponda uma responsabilidade de despesas".

## Para Richa, falta líder político

Marcondes Sampaio

O Brasil está sem uma grande liderança política, capaz de empolgar o eleitorado numa disputa pela Presidência da República. A adoção do sistema parlamentarista de governo poderá dar nova motivação ao povo, abalado nos últimos anos por frustrações, como o insucesso da campanha das diretas-já (em 84), a morte de Tancredo Neves e o Plano Cruzado.

Essa opinião foi manifestada ao JBR, pelo senador José Richa, um dos líderes do "Grupo dos 32", um conjunto de parlamentares de centro e de direita que mais se tem destacado nas articulações de bastidores relacionadas à elaboração da nova Carta.

"O País está sem um grande nome, aglutinador, capaz de empolgar. Os nomes mais expressivos, citados como pretendentes à Presidência da República, não reúnem sequer 10% da preferência popular". Richa utilizou esse argumento para contestar a advertência dos presidencialistas, segundo a qual a adoção do parlamentarismo, agora, representaria mais uma frustração para o eleitorado, que há 26 anos espera eleger o Presidente da República pela via direta.

**Imbatível**  
O senador paranaense nega ao ex-governador do Rio, Leonel Brizola, a condição que alguns lhe atribuem, de ser um nome imbatível numa disputa pela Presidência: "Se o Brizola fosse tão forte assim, estaria disparado nas

pesquisas".

Político de estreitas vinculações no empresariado e nas Forças Armadas, amigo pessoal do ministro do Exército, Richa atenua as especulações sobre uma eventual candidatura do general Leônidas Pires Gonçalves à Presidência, mas ressalva: "Em tese, é possível a candidatura de um militar, dentro das regras do jogo".

No início do ano, em várias declarações e entrevistas à imprensa, Richa sustentava que, embora fosse adepto do parlamentarismo, entendia que o País ainda não estava preparado para esse sistema, que — acrescentava — "exige um parlamento e um sistema partidário fortes, além do voto distrital".

Dentro da visão que tinha meses atrás, Richa admitia apenas que a futura Constituição incluisse dispositivo prevendo o parlamentarismo, desde que, nas disposições transitórias, ficasse estabelecido que esse sistema somente seria implantado em 1994, pelo "sucessor do sucessor do presidente Sarney".

Agora, Richa passa a encarar o parlamentarismo "como o grande pacto político de que o País está necessitando para sair da crise".

"Os constituintes estão conscientes da gravidade da situação do País. Tanto assim é que estão realizando um esforço, sob alguns aspectos inédito, para encontrar uma saída para a crise, através de uma alteração profunda na estrutura do poder".

**Consolidação**  
Richa explica que passou a se engajar na idéia de uma forma

gradual de implantação do parlamentarismo ao perceber que a proporção de adeptos desse sistema na Constituição é bem maior do que imaginava no início do ano, fato que, no seu entendimento, facilita, de modo significativo, a consolidação dessa mudança no tipo de governo do País.

Ainda para o representante do Paraná, o parlamentarismo poderia receber até dois terços dos votos dos Constituintes, não fosse a pressão do Palácio do Planalto em favor da preservação do sistema presidencialista. A propósito, Richa observou que os constituintes não devem decidir essa e outras questões tendo em vista o que é melhor para o Governo, "mas sim o que atende aos interesses do País".

Perguntado se a inclinação conservadora da Constituição e a forte influência do poder econômico no Congresso não tenderiam a provocar um choque entre a sociedade e o novo sistema que se pretende adotar, Richa respondeu de forma pouco explícita que, apesar dos reparos que lhe são feitos, o Congresso já está preparado para o parlamentarismo.

### Fisiologismo

O senador esquivoou-se de responder se o parlamentarismo não agravaria crescente tendência fisiológica e clientelista de deputados e senadores, afirmando: "Uma das grandes vantagens do sistema é fazer com que todas as grandes figuras nacionais que têm projetos políticos — como o Ermírio de Moraes, por exemplo — passem pelo Parlamento antes das suas candidaturas ao Executivo".

## Senador omite projeto pessoal

As explicações oferecidas pelo senador José Richa para a sua conversão à idéia de adoção imediata do parlamentarismo não incluem, por motivos óbvios, um dado muito especial: o provável projeto pessoal do senador, de tornar-se o primeiro-ministro, já na fase inicial de implantação do sistema. Essa hipótese está ganhando corpo nas especulações dos constituintes e preocupando setores de esquerda, que consideram Richa muito comprometido com as forças conservadoras.

O líder do PT na Câmara, José Genoíno, diz não ter dúvidas de que Richa já começa a preparar terreno para ser escolhido premiê no novo sistema. O líder do PDT, Brandão Monteiro, também acha que o senador paranaense é o mais forte pretendente ao cargo, mas aponta a existência de duas outras "candidaturas": a do "sempre candidato", Ulysses Guimarães e a do senador paulista Fernando

Henrique Cardoso. Ainda na avaliação de Brandão Monteiro, Richa é o nome que reúne as maiores chances, em vista de suas ligações com os militares, por ser "homem da confiança do presidente Sarney" — que inclusive chegou a convidá-lo para a chefia do Gabinete Civil —

Carlos Menandro



Senador José Richa

e pelo prestígio que tem junto às forças conservadoras em geral. Para o líder do PDT, Richa prefere o parlamentarismo por se sentir sem condições políticas de disputar a Presidência da República".

**Confronto**  
Quanto a Ulysses, lembra Brandão Monteiro que as relações do presidente da Constituição com o presidente Sarney "são cada vez mais frias, tornando difícil a sua escolha como primeiro-ministro". O deputado peemedebista Osvaldo Lima Filho tem um raciocínio diferente: ele acha que Richa tende a se fortalecer porque está assumindo — ao menos aparentemente — uma atitude de confronto com o Palácio do Planalto. Mas, adverte o deputado pernambucano, não se deve esquecer o potencial que Ulysses sempre tem de surgir como uma "solução de composição", com o apoio do presidente Sarney, por maior que seja a atual distância entre ambos".